



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4002111-83.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Exibição - Provas**  
 Requerente: **Luana de Castro Sampaio Prospero**  
 Requerido: **CCR Autoban**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LUANA DE CASTRO SAMPAIO PROSPERO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Exibição em face de CCR Autoban, também qualificada, alegando que no dia 30 de agosto de 2013, às 17:00 horas, transitava pela Rodovia SP-348 - Rodovia dos Bandeirantes, em direção a cidade de Campinas-SP, conduzindo o veículo VW/CROSSFOX, cor prata, ano preta, placas EIK 9580, pela faixa de rolamento 01 quando ao atingir o quilômetro 119,600 metros – SUL o veículo VOLVO/NEOBUS ROAD R, placas BUD 8280, de propriedade de *Rosolen Transportes e Turismo Ltda. Epp*, que transitava pela faixa de rolamento de n.º 02, mudou repentinamente de faixa, obrigando a requerente manobrar seu veículo para a esquerda, afim de evitar uma colisão, vindo a perder o controle de direção, capotando algumas vezes, chocando-se com o veículo VOLVO/NEOBUS ROAD R, causando ferimentos graves em duas pessoas que estavam no carro da requerente, e tendo em vista que o veículo causador do acidente, o VOLVO/NEOBUS ROAD R, de acordo com testemunhas, tentou evadir-se do local, requer à ré exiba em juízo as imagens do acidente já narrado, captadas pelas câmeras localizadas na rodovia.

A ré compareceu em Juízo e, em cumprimento à ordem judicial, exibiu os seguintes documentos, sendo um CD contendo cópia da filmagem da câmera situada no Km 117 da rodovia, compreendendo o período de 16:50 às 21:00 do dia 30/08/2013, uma Cópia do Relatório do Evento elaborado na ocasião do acidente e Fotos diversas relativas ao evento, após sua ocorrência, aduzindo que o ajuizamento desta ação deu-se sem que houvesse qualquer resistência pretérita desta parte em exibir o documento pretendido pela autora, asseverando que ao contrário, quando instada pela autora a preservar as imagens, atendeu seu pedido prontamente, de modo que se opõe a eventual condenação a lhe ser imputada no que tange aos ônus da sucumbência porquanto diante da aplicação do princípio da causalidade, a seu ver, mostra-se plausível que a autora arque com tais ônus, não à ré.

A autora replicou afirmando seja evidente que se a requerente não obtivesse da própria ré a informação de que somente por ordem judicial atenderia o pedido de exibição, ou se a requerida, através de seus representantes, tivesse fornecido extrajudicialmente os documentos solicitados, a presente demanda não teria sido proposta, de modo que insiste na condenação da requerida no pagamento das custas, despesas processuais e honorários sucumbenciais.

É o relatório.

Decido.

A ação de exibição de documento é uma medida cautelar preparatória por



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

excelência, já por isso evidenciando a presença do *fumus boni juris*, dada sua imprescindibilidade, e quanto ao *periculum in mora*, há que se considerar o risco de não se verificar o exercício do direito de ação, dado que os documentos necessários à sua propositura acham-se em poder do réu, daí a necessidade de se antecipar a prova, no que se confundem as circunstâncias acima já justificadas em relação ao *fumus boni juris*.

No mais, considerando que a ação de exibição de documento não é seara própria à discussão da matéria de fundo, ou seja, questões envolvendo a lide principal, e porque se trata de medida satisfativa para cuja propositura não há sequer necessidade de indicação da lide principal ou seu fundamento (cf. STJ – 4ª T. – AI 508.489-AgRg, rel. Min. Jorge Scartezini – *in* THEOTÔNIO NEGRÃO<sup>1</sup>), cumprirá reconhecer que, com a exibição dos documentos pela ré, não há pretender-se qualquer discussão acerca de questões outras, as quais somente na ação principal que eventualmente venha a ser proposta pela autora poderão ser versadas, de modo que, tendo se verificado a exibição dos documentos sem que tenha a ré oferecido qualquer resistência, é o quanto basta à solução da lide.

No que diz respeito à sucumbência, a ré pretende que, por não ter havido resistência, não haverá se lhe exigir arcar com tal pagamento.

A autora, entretanto, destaca que só ajuizou a ação por conta de que a ré tenha se negado a fornecer os documentos administrativamente, o que já vinha exposto na inicial e não foi refutado pela ré, que em contestação se limitou a destacar que “a autora, instando esta concessionária a preservar as imagens, teve seu pedido prontamente atendido” (fls. 29), ou seja, sua conduta limitou-se a preservar as imagens, não a exibi-las e entregá-las à autora, de modo que, com o devido respeito, cumprirá reconhecer assista razão à autora, que sem a ação judicial não poderia ver satisfeita sua pretensão.

Assim sendo, e porque “na ação cautelar de exibição de documento, cabe a condenação em honorários de advogado (RP 39/316), ‘por se tratar de ação, e não de mero incidente’(STJ-3ª T. – REsp. 168.280-MG – rel. Min. Menezes Direito – *in* THEOTÔNIO NEGRÃO)”<sup>2</sup>, cumprirá à ré arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, DOU POR SATISFEITA a exibição de documentos requeridas por LUANA DE CASTRO SAMPAIO PROSPERO contra CCR Autoban, e em consequência CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Defiro o desentranhamento, pela autora, dos documentos exibidos, mediante manutenção de cópia autêntica nos autos, à suas expensas.

P. R. I.

São Carlos, 19 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 38ª ed., 2006, SP, Saraiva, p. 902, nota 4c ao art. 844.

<sup>2</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 38ª ed., 2006, SP, Saraiva, p. 901, nota 4 ao art. 844.